

Fundo de
Investimento
do Fundo de
Garantia do
Tempo de
Serviço - FI-FGTS

(CNPJ nº 09.234.078/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrativo da composição e diversificação da carteira	7
Demonstração da evolução do patrimônio líquido	8
Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras	9



KPMG Auditores Independentes

Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro

06086-050 - Osasco/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 2856-5300, Fax +55 (11) 2856-5320

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Cotista e à Administradora (Caixa Econômica Federal) do

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS

Brasília - DF

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS ("FI-FGTS" e/ou "Fundo") (Administrado pela Caixa Econômica Federal), que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2016 e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações relevantes elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 462/07 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião com ressalvas

- 1) Conforme detalhado na nota explicativa nº 7, o Fundo mantém em 31 de dezembro de 2016, investimentos em ações de companhias sem cotação em Bolsa de Valores, no montante de R\$ 5.495.382 mil, dos quais R\$ 878.650 mil apresentam as seguintes situações:
 - i) R\$ 280.982 mil relativos ao investimento apresentado nas notas explicativas nºs 7.2.m e 9.c, cujas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram emitidas e acompanhadas do relatório dos auditores independentes, contendo ressalvas relacionadas a: i) limitação de escopo pelo não exame das demonstrações contábeis de coligadas indiretas e ii) limitação de escopo relativo ao compromisso de partes relacionadas e, adicionalmente, seção de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional; e



- ii) R\$ 597.668 mil, relativo aos investimentos apresentados nas notas explicativas nºs 7.2.i, 7.2.j, 7.3 e 9.b cujas demonstrações financeiras não haviam sido emitidas até a data do nosso relatório.

Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes e/ou divulgações relacionadas aos investimentos acima referidos, assim como aos elementos componentes do demonstrativo da composição e diversificação da carteira e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido.

- 2) Conforme demonstração da composição e diversificação da carteira, o FI-FGTS possui em 31 de dezembro de 2016, investimentos em ações com e sem cotação em Bolsa de Valores, debêntures não conversíveis em ações e cotas de Fundos de Investimentos (“ativos investidos”) no montante de R\$ 23.981.555 mil, dos quais, R\$ 4.808.565 mil estão relacionados a empresas e/ou grupos econômicos, conforme descrito na nota explicativa nº 12.c, que estão em processo de investigação e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, relacionadas a práticas de corrupção e lavagem de dinheiro. Não nos foi possível determinar o estágio atual e os possíveis efeitos dos desdobramentos destas investigações sobre as demonstrações financeiras do FI-FGTS. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes e/ou divulgações relacionadas a esses investimentos, assim como aos elementos componentes do demonstrativo da composição e diversificação da carteira e a respectiva demonstração da evolução do patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Conforme nota explicativa nº 1, o FI-FGTS tem por objetivo o investimento em ativos de infraestrutura, que estão expostos a riscos inerentes aos seus mercados, setores e empresas bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance. Dentre esses investimentos estão as cotas de fundos de investimentos, debêntures não conversíveis em ações emitidas por companhias e ações de companhias sem cotação em Bolsa de Valores, que apresentaram as seguintes situações:

- i) R\$ 759.692 mil relativos ao investimento em cotas de Fundo de Investimento em Participações apresentado na nota explicativa nº 6.ii, cujas demonstrações financeiras foram emitidas acompanhadas do relatório de seu auditor independente contendo ênfase referente ao investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial, cujo os valores dos investimentos poderão vir a ser significativamente diferentes, quando da sua efetiva realização. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.
- ii) R\$ 608.941 mil relativos a investimentos em debêntures não conversíveis em ações emitidas por companhias, apresentados nas notas explicativas nºs 5.g e 5.i, cujas demonstrações financeiras foram emitidas acompanhadas dos relatórios de seus respectivos auditores independentes contendo seção de incerteza relevante quanto a capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



- iii) R\$ 802.043 mil relativos a investimentos em ações de companhias sem cotação em Bolsa de Valores, apresentados nas notas explicativas nºs 7.2.e e 7.2.f cujas demonstrações financeiras foram emitidas acompanhadas dos relatórios de seus respectivos auditores independentes contendo parágrafo de ênfase referentes a i) incerteza relevante quanto a capacidade de continuidade operacional; ii) Eventos subsequentes referentes a processos de renegociação de dívidas da companhia, bem como o aceite, por parte de seus credores quanto ao cumprimento de *covenants* atrelados a contratos de empréstimos (item aplicável somente para o investimento da nota explicativa nº 7.2.e). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração do Fundo pelas demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 462/07 da CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável dentro das prerrogativas da Instrução nº 462/07 da CVM, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com a administração do Fundo a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 18 de julho de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP


André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira

Mês/Ano: 31 de dezembro de 2016

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FI - FGTS

CNPJ: 09.234.078/0001-45

Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Aplicações - Especificações		Espécie/ Tipo	Quantidade	Mercado/ realização R\$ mil	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades				1	-
Banco conta movimento				1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez				6.680.276	21,04
Notas do Tesouro Nacional - Série B			2.223.040	6.580.158	20,72
Letras do Tesouro Nacional			121.421	100.118	0,32
Debêntures não conversíveis em ações				12.871.098	40,52
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social			700.000	3.865.065	11,52
Santo Antônio Energia S.A.			1.520.120	2.649.138	8,34
Porto do Açu Operações S.A.			750.000	1.346.840	4,24
Eldorado Brasil Celulose S.A.			940.000	1.208.769	3,81
Teles Pires Participações S.A.			65.000	802.116	2,53
Novadutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.			10	622.466	1,96
Brasil Term Participações S.A.			1	641.246	2,02
Alupar Investimentos S.A.			300	393.689	1,24
Light Energia S.A.			30	25.266	0,08
Light Serviços de Eletricidade S.A.			470	395.840	1,25
Viaroncon Concessionária de Rodovias S.A.			300	419.738	1,32
All - América Latina Logística Malha Sul - SA			1	117.842	0,37
All - América Latina Logística Malha Paulista - SA			1	117.842	0,37
All - América Latina Logística Malha Norte - SA			1	117.842	0,37
Iracema Transmissora de Energia S.A.			109	117.690	0,37
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA			171.000	97.309	0,31
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.			88	111.530	0,35
Odebrecht TransPort S.A.			7.950	85.922	0,27
Provisão para redução do valor recuperável - Brasil Term Participações S.A.				(57.571)	(0,18)
Provisão para redução do valor recuperável - TESC - Terminal Santa Catarina S.A.				(7.481)	(0,02)
Cotas de fundos				3.089.438	9,72
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento			500.000.000,000	873.975	2,75
Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia			1.160.381.860,363	759.692	2,39
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV Energisa Centro Oeste			1.341,168	1.354.578	4,26
Fundo de Investimento em Participações Sondas			634.146.341,000	62	0,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008			100,000	101.131	0,32
Ações sem cotação em bolsa				5.204.977	16,39
VLI S.A.		ON	1.413.854.823	1.319.531	4,15
Odebrecht Transport S.A.		ON	64.400.045	1.121.831	3,53
Odebrecht Ambiental Participações S.A.		ON	510.551.593	21.482	0,07
Energimp S.A.		ON	460.437.026	-	-
Cone S.A.		ON	35.099.302	575.579	1,81
MDCPar S.A.		ON	3.757.260	226.464	0,71
J. Malucelli Energia S.A.		ON	179.681	243.750	0,77
Brado Logística e Participações S.A.		ON	2.857.143	269.219	0,85
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.		ON	90.000.000	94.275	0,30
Hidrotérmica S.A.		ON	55.667.283	76.720	0,24
Ijuí Energia S.A.		PN	42.041.590	39.069	0,12
Foz do Rio Claro Energia S.A.		PN	36.892.620	63.360	0,20
OAS Óleo e Gás S.A.		PNB	2.063.983	21.266	0,07
OAS Óleo e Gás S.A.		PNA	1.786.061	18.403	0,06
OAS Óleo e Gás S.A.		ON	1.309.916	13.497	0,04
Odebrecht Ambiental Participações Saneamento S.A.		ON	415.699.980	1.100.531	3,47
Ações com cotação em bolsa				2.525.637	7,95
Alupar Investimentos S.A.			35.162.754	601.283	1,89
Banco do Brasil S.A.			68.506.737	1.924.354	6,06
Ações preferenciais resgatáveis				290.405	0,91
Hidrotérmica S.A.			67.796.610	290.405	0,91
Valores a receber				1.122.798	3,54
Valores a receber Energisa S.A. (nota explicativa nº 9.a)				758.714	2,39
Dividendos e bonificações a receber (nota explicativa nº 9.b)				136.268	0,43
Outros valores a receber OAS S.A. (nota explicativa nº 9.c)				227.816	0,72
Total do ativo				31.784.630	100,07
Valores a pagar				23.405	0,07
Taxa de administração				22.921	0,07
Auditoria e custódia				484	-
Patrimônio líquido				31.761.225	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido				31.784.630	100,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FI - FGTS

CNPJ: 09.234.078/0001-45

Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Valores em R\$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas

	2016	2015
Patrimônio líquido no início do exercício:		
Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,532010 cada	30.904.697	
Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,579932 cada		31.871.416
Cotas resgatadas no exercício		
1.030.570.540,118 cotas	(1.057.998)	
Varição no resgate de cotas no exercício	(712.760)	-
Patrimônio líquido antes do resultado	29.133.939	31.871.416
Resultado do exercício		
Receitas/Despesas Ativos Financeiros	2.647.057	476.660
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	955.483	702.640
Rendas de Ativos Financeiros	1.481.616	1.731.694
Provisão para redução ao valor recuperável - Debêntures	(65.052)	(1.682.664)
Provisão para redução ao valor recuperável - Cotas de fundos de investimento	275.010	(275.010)
Resultado da avaliação dos investimentos em ações	229.751	(1.204.647)
Dividendos	120.849	80.004
Resultado nas negociações	(7.485)	1.414
Ajustes de Provisão para redução ao valor recuperável	(210.403)	(468.010)
Valorização/desvalorização a preço de mercado	1.254.374	(111.064)
Equivalência patrimonial	(927.584)	(706.991)
Outras receitas/despesas operacionais	7.739	34.166
Rendas de valores a receber	7.742	37.774
Outras despesas operacionais	(3)	(3.608)
Despesas	(257.261)	(272.898)
Taxa de administração	(255.748)	(272.127)
serviços contratados pelo fundo	(2)	-
Despesas diversas	(30)	-
Auditoria e custódia	(703)	(709)
Taxa de fiscalização CVM	(78)	(52)
Serviços técnicos especializados	(696)	(10)
Outras despesas administrativas	(4)	-
Total do resultado do exercício:	2.627.286	(966.719)
Patrimônio líquido no final do exercício:		
Representado por 19.142.078.689,338 cotas a R\$ 1,659235 cada	31.761.225	
Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,532010 cada		30.904.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS (“FI-FGTS”/“Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“CCFGTS”) sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração.

O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, quando autorizado pelo CCFGTS e do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroporto, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira. O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e *performance*.

São garantidos aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas na forma do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Caixa Econômica Federal (“CAIXA” ou “Administradora”).

Em razão das notícias divulgadas na imprensa relativas às investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal envolvendo alguns ativos do portfólio do FI-FGTS, a administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados e administradores.

Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras a Caixa não identificou irregularidades nas operações e não identificou participação de seus atuais administradores e empregados em atividade irregular ligada às operações listadas nas referidas investigações que envolvem o FI-FGTS.

Nesta linha a Caixa adotou providências a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os fatos constantes dos inquéritos policiais disponibilizados, bem como verificou a observância da governança nas operações citadas, sem encontrar, até o momento quaisquer indícios de irregularidades.

Com base nas informações disponíveis, foram conduzidos processos internos de investigação que não identificaram fatos relacionados a estes assuntos que pudessem impactar as demonstrações contábeis do FI-FGTS nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a higidez da governança nos processos, bem como a boa conduta dos funcionários e administradores relacionados ao FI-FGTS.

De forma prospectiva a Caixa continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

2 Contexto macroeconômico

Destaca-se que o FI-FGTS, enquanto fundo de natureza privada atuando como agente investidor está exposto, de forma não taxativa, a riscos de mercado, de crédito e de liquidez, entre outros, conforme exposto em seu Regulamento.

Deve se observar que tais riscos se materializam tanto por efeito direto ao Fundo, quanto pelo efeito indireto quando estes se materializam nos ativos investidos de seu portfólio.

Merece especial atenção, no exercício social a que estas demonstrações financeiras se referem, considerações a respeito das condições econômicas e políticas que permanecem impactando o setor de infraestrutura e de concessões, setores estes de alocação de recursos do Fundo, conforme definido nos termos da legislação.

O cenário econômico do exercício manteve-se adverso, a exemplo de 2015, sendo caracterizado por fatores relevantes como:

- (a) Nova retração econômica configurada pela queda de 3,6% do Produto Interno Bruto em relação a 2015;
- (b) Persistência da deterioração da situação fiscal, uma vez que, apesar das medidas de ajuste fiscal, o resultado primário do exercício de 2016, de acordo com o Tesouro Nacional, foi deficitário em R\$ 154 bilhões, frente a um déficit de R\$ 114 bilhões no mesmo período de 2015;
- (c) Agravamento da crise fiscal de diversos estados, que tiveram de adotar medidas emergenciais para a manutenção de serviços básicos e das folhas de pagamento;

- (d) Continuidade das restrições de crédito no sistema financeiro nacional em 2016, pois verificou-se nova contração do crédito em decorrência da nova retração da atividade econômica, e seus impactos na demanda de consumo e investimento, e do aumento da percepção de risco do sistema financeiro;
- (e) Continuidade da queda, no exercício de 2016, das aprovações e desembolsos do BNDES no exercício de 2016, importante financiador do setor de infraestrutura;
- (f) Redução da taxa de investimento no ano de 2016, que encerrou em 16,4% do PIB, abaixo da taxa de 18,1% observada em 2015;
- (g) Novas revisões do rating soberano brasileiro, que passou para a escala especulativa nas três maiores agências de classificação internacionais (Fitch, Moody's e S&P); e
- (h) Adversidade do cenário político com a conclusão de um processo de *impeachment* do Presidente da República e consequente empossamento de novo Presidente da República e mudanças institucionais decorrentes deste processo, como nova composição ministerial.

Desta forma, a recuperação econômica esperada para o exercício de 2016 não se concretizou e a conjuntura acima impôs uma série de adversidades ao desempenho das companhias, incluindo as do setor de infraestrutura, que ainda enfrentam dificuldades decorrentes da situação dos grupos que atuam ou atuavam no setor no período, impactados pela deterioração de sua situação financeira e pelo suposto envolvimento em práticas de corrupção, o que mantém uma percepção de risco em relação ao setor e aos investimentos de longo prazo.

Estes eventos, combinados, além de fatores de risco específicos a cada ativo, afetam as condições econômico-financeiras e os resultados das companhias do setor de infraestrutura investidas pelo FI-FGTS, o que se reflete nas demonstrações financeiras das companhias para o exercício de 2016, nas demonstrações financeiras do FI-FGTS e na própria rentabilidade do Fundo.

3 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especificamente a Instrução nº 462 de 26 de novembro de 2007, pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

4 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos integrantes da carteira do Fundo são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e, quando aplicável, ajustados ao valor de mercado.

Ativos financeiros

De acordo com o estabelecido pela Instrução CVM nº 438, de 12 de julho de 2006, os ativos financeiros são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

Títulos para negociação: incluem os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e avaliados diariamente pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado; e

Títulos mantidos até o vencimento: incluem os ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

- que o Fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, esses últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM;
- que todos os cotistas declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao regulamento do fundo, a sua anuência à classificação de ativos financeiros integrantes da carteira do fundo; e
- que os fundos de investimento invistam em cotas de outro fundo de investimento, que classifique os ativos financeiros da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento. É necessário que sejam atendidas, pelos cotistas do fundo investidor, as mesmas condições acima mencionadas.

Consoante com a Circular BACEN nº 3.086 de 15 de fevereiro de 2002, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria “Títulos para negociação”.

c.1 Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados diariamente pelo valor da cota de fechamento divulgada pela Administradora.

c.2 *Debêntures não conversíveis em ações*

As debêntures não conversíveis em ações que até a presente data não são negociadas no mercado secundário e que, portanto, não possuem referência de preços de negociação, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, conforme previsto no regulamento do Fundo.

O Fundo foi constituído sob forma de condomínio aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir a seus investimentos e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas às necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essa particularidade, somada à (i) necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações; e (ii) atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimento, as resoluções emanadas do CCFGTS e o regulamento do Fundo, faz com que as debêntures não conversíveis em ações sejam classificadas na categoria “Títulos para negociação”, sendo seu valor de mercado, consideradas as garantias dadas, equivalente, ao valor contábil.

c.3 *Ações com cotação em Bolsa de Valores*

As ações de Companhias abertas são avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela Bolsa de Valores.

c.4 *Ações sem cotação em Bolsa de Valores*

As ações sem cotação em Bolsa de Valores ou em mercados de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras das respectivas Companhias investidas, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento.

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição e o valor patrimonial da parcela do capital da companhia adquirida.

c.5 *Ações preferenciais resgatáveis*

As ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Hidrotérmica S.A. são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos. As ações terão direito a dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal.

c.6 *Provisão para redução ao valor recuperável*

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma provisão para redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a provisão para redução ao valor recuperável, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa revisão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício. Para a análise do valor recuperável dos ativos são considerados pela Administradora, entre outras informações, os laudos de avaliação CPC01, quando pertinente, a estrutura de garantias de cada operação, bem como as informações financeiras de cada ativo, incluindo as opiniões emitidas pelos auditores independentes das Companhias investidas.

d. Valores a Receber

Os ativos registrados na rubrica “Valores a Receber” estão avaliados pelo valor estimado de realização.

5 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 31 de dezembro de 2016 conforme quadro abaixo:

Emissora		Valor em 31/12/2016	Valor em 31/12/2015	Valor da emissão	Data de emissão	Data final de vencimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a)	3.665.065	4.130.546	7.000.000	29/12/2008	15/10/2029
Santo Antônio Energia S.A.	(b)	1.352.204	1.182.643	770.448	25/10/2012	01/11/2036
	(b)	1.296.934	1.152.180	809.346	30/06/2012	01/08/2037
Porto do Açú Operações S.A.	(c)	1.346.840	1.183.972	750.000	15/09/2012	15/08/2033
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(d)	1.208.769	1.149.056	940.000	17/12/2012	01/12/2027
Teles Pires Participações S.A.	(e)	802.116	854.169	650.000	30/05/2012	30/05/2032
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	(f)	622.466	657.205	610.000	10/04/2015	15/08/2020
Brasilterm Participações S.A.	(g)	583.675	530.806	400.312	07/04/2014	07/12/2024
Alupar Investimentos S.A.	(h)	393.689	387.610	300.000	30/05/2012	30/05/2027
Light Energia S.A.	(i)	25.266	27.785	30.000	10/09/2012	04/06/2026
Light Serviços de Eletricidade S.A.	(j)	395.840	435.303	470.000	10/09/2012	04/06/2026
Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A.	(k)	419.738	400.759	300.000	04/06/2012	04/06/2027
ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.	(l)	117.842	176.883	166.667	08/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A.	(l)	117.842	176.883	166.667	10/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A.	(l)	117.842	176.883	166.667	08/09/2008	31/07/2018
Iracema Transmissora de Energia S.A.	(m)	117.690	118.772	109.000	10/12/2010	10/12/2035
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA	(n)	97.309	110.561	171.000	03/04/2009	03/04/2024
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.	(o)	104.049	108.662	88.000	18/12/2009	18/12/2029
Odebrecht TransPort S.A.	(p)	85.922	75.823	75.702	14/11/2013	15/10/2025
TOTAL		12.871.098	13.036.501	14.273.809		

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias, penhor de direitos e hipotecas de imóvel.

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União Federal e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Devido ao seu *status* de empresa pública federal, integra a administração indireta do Governo Brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovía, porto ou saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

b. Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistemas de transmissão associado.

Os recursos captados com essa emissão foram destinados pela Emissora para as despesas do CAPEX da UHE Santo Antônio e da linha de transmissão de interesse restrito.

As demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório contendo parágrafo de ênfase mencionando a reapresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2016. Essas demonstrações financeiras anteriormente emitidas foram alteradas pela administração da companhia e foram reapresentadas para refletir correção de erro referente a reclassificação dos dispêndios reembolsáveis das obrigações com consórcio construtor Santo Antônio do circulante para o não circulante.

c. Porto do Açu Operações S.A.

A Porto do Açu Operações S.A., subsidiária integral da Prumo Logística S.A., foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

A partir de 14 de outubro de 2013, o Grupo EIG assumiu o controle da Prumo Logística S/A, de maneira que em dezembro de 2016 o Grupo EIG detém ações representativas de 76,73% do capital social da Prumo Logística S/A.

Os recursos captados por meio da emissão de debêntures foram utilizados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário denominado “T-2”, bem como sua retro área, localizado no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

d. Eldorado Brasil Celulose S.A.

A Eldorado Brasil Celulose S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo e tem como principal objeto social a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia.

A companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

Os recursos captados por meio dessa emissão foram destinados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do tratamento de águas e efluentes relacionados ao projeto localizado na cidade de Três Lagoas - MS, bem como investimento em soluções para transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário da emissora.

As demonstrações financeiras da Eldorado Brasil Celulose S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório contendo ressalva em decorrência do mandado de busca e apreensão requerido pelo Ministério Público Federal (“MPF”), no contexto da denominada “Operação Sépsis”, contratou uma investigação independente para avaliar o suposto envolvimento da Companhia no escopo da referida investigação. A investigação independente revelou a existência de pagamentos registrados nos livros contábeis da Companhia como despesas, entre os exercícios de 2012 a 2014, por conta e ordem da sua controladora, J&F Investimentos S.A. (“J&F”), a determinados consultores externos, no montante de R\$ 37.400 mil. A Administração da Companhia, informa que tais pagamentos referem-se a serviços prestados pela J&F, fundamentados no contrato de rateio de utilização e ressarcimento de recursos administrativos datado de 01 de setembro de 2011, e não por aqueles consultores externos, no entanto, até a data de conclusão de nossos trabalhos não nos foram fornecidas as documentações suporte dos gastos e a evidência de que tais serviços foram efetivamente prestados. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nos referidos valores, bem como nos demais elementos componentes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

e. Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi criada com um propósito específico, de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 915,4 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW.

Os recursos captados com essa emissão foram destinados para custear os investimentos na construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, conforme o Plano de Negócios da Emissora para o Projeto.

f. Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Em 10 de abril de 2015 o Fundo subscreveu e integralizou 10 debêntures da quarta emissão de colocação privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“NovaDutra - Concessionária da Rodovia”), ao valor unitário de R\$ 61.000 (sessenta e um mil reais), totalizando o valor de R\$ 610.000 (seiscentos e dez milhões de reais).

A Novadutra - Concessionária da Rodovia é uma sociedade anônima com sede e foro na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração da Rodovia BR - 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, incluindo a operação da rodovia com cobrança de pedágio, exploração do espaço aéreo para fins de publicidade, recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção e conservação da rodovia.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados para a implementação dos projetos descritos no plano de investimentos da Emissora que contempla a modernização e ampliação da capacidade da Rodovia Presidente Dutra.

g. Brasilterm Participações S.A.

A Brasilterm Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O objeto social da companhia é a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, no Brasil ou no exterior, principalmente no setor de energia.

Mediante a aprovação da assunção de dívidas pelos órgãos reguladores, a Brasilterm Participações S.A. incorporou 100% do capital social de UTE Borborema e UTE Maracanaú.

Concomitantemente a esse processo, a Brasilterm Participações S.A. emitiu em 07 de abril de 2014 debêntures no valor de R\$ 400.312, correspondente ao saldo devedor atualizado das debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. na mesma data. O prazo de vencimento da nova emissão é de 11 anos, remunerado mensalmente pela variação do IPCA mais 10% a.a., a amortização do principal e o pagamento de juros são mensais a partir de 2015.

As demonstrações financeiras da Brasilterm Participações S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório contendo parágrafo de ênfase mencionando que a Companhia incorreu em prejuízo no exercício de 2016 e que o passivo circulante excedeu o ativo circulante, bem como que a Companhia descumpriu determinadas cláusulas contratuais (*covenants*) de algumas debentures. Esses eventos ou condições, associados ao fato de a Companhia estar em processo de negociação do alongamento de suas dívidas vencidas e vincendas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Brasilterm.

Em 31 de dezembro de 2016 a operação encontra-se em atraso com alguns pagamentos de juros e amortização no montante total de R\$ 57.571, os quais foram integralmente provisionados.

h. Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar possui em sua estrutura societária 4 empresas holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru S.A.C (controladora da La Virgen S.A.C), Alupar Colômbia S.A.S. (controladora da Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. e Transmissora Colombiana de Energia S.A.S.E.S.P.) e Windepar Holding S.A. (controladora da Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X).

Os recursos captados por essa emissão foram destinados para a construção e melhorias na Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes, controlada pela Alupar.

i. Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem como seu objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

As demonstrações financeiras da Light Energia S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório contendo parágrafo de ênfase mencionando que uma controlada em conjunto apresentava: (i) excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e (ii) necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção de alguns parques, sendo que essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional desta controlada em conjunto e de suas controladas.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados ao financiamento dos planos de negócios da emissora em UHE, Elevatórias e Centro de Operação.

j. Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A. A companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,3 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFA.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados ao financiamento de projetos do plano de negócios da emissora.

k. Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas as cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os recursos captados por essa emissão foram utilizados para investimento em infraestrutura, em projetos integrantes do plano de investimentos relativo ao Corredor Rodoviário Marechal Rondon Oeste, constituído pela Rodovia SP-300 e acessos, assim como aos demais projetos que sejam aprovados nos termos da escritura.

l. ALL - América Latina Logística S.A.

(Malha Norte/Malha Paulista/Malha Sul)

A ALL - América Latina Logística S.A. foi constituída em 31 de dezembro de 1997, tendo sua sede na cidade de Curitiba, Paraná. Tem como principais objetivos sociais: (i) participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário; (ii) explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais; e (iii) adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros.

A companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão foram destinados ao aumento da capacidade de transporte, em material rodante, desenvolvimento de tecnologia, via permanente, terminais e edificações.

m. Iracema Transmissora de Energia S.A.

A Iracema Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor.

A companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção de linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão foram destinados para a capitalização da Emissora para o desenvolvimento e implementação do projeto de construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão da subestação de São João do Piauí até a Subestação Milagres do Estado do Ceará.

n. Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizada no município de Igarassu, no estado de Pernambuco.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão forma destinados exclusivamente para o desenvolvimento parcial da construção das Usinas Termoelétricas Termomanaus e Pau Ferro I, localizadas no município de Igarassu, no Estado de Pernambuco.

o. TESC - Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral Norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Possui contrato de concessão de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo de 25 anos, com cláusula de renovação não automática por igual período.

A companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou cotista.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados para investimentos em obras civis e arrendamento para a expansão do Terminal de Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2016 encontrava-se em atraso o pagamento de juros e amortização totalizando R\$ 7.481, os quais foram integralmente provisionados.

p. Odebrecht TransPort Participações S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) tem como objeto social a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou logísticos industriais aduaneiros. A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados exclusivamente para uso da Rota das Bandeiras para ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário Corredor D Pedro I, incluindo obras de pavimentação.

Esta nota deve ser lida em conjunto com a Nota Explicativa n 7.2.b.

6 Fundos Investidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Fundo possui o montante de R\$ 3.089.438 do seu patrimônio líquido investido em cotas de Fundos de Investimento, os quais estão representados conforme segue:

	R\$	
	2016	2015
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento (i)	873.975	778.223
Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia (ii)	759.692	718.862
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste (iii)	1.354.578	646.524
Fundo de Investimento em Participações Sondas (iv)	62	275.010
Provisão para redução ao valor recuperável - Fundo de Investimento em Participações Sondas	-	(275.010)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 (v)	101.131	101.169
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT (vi)	-	28.589
Fundo de Investimento Participações Caixa Integração Logística (vii)	-	675
	3.089.438	2.274.042
Total:	3.089.438	2.274.042

(i) Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento

O Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento foi constituído em 6 de dezembro de 2010 sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados.

O Fundo possui em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 90.600 mil, equivalente a 10,37% do seu patrimônio em ações da Odebrecht Ambiental - Centro Norte Participações S.A. (“Companhia Investida”), as quais estão registradas pelo custo de aquisição.

Até a emissão deste relatório o FIP Saneamento não concluiu a auditoria de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2017. As demonstrações financeiras do FIP Saneamento, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2016, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de julho de 2016, contendo ressalva decorrente de investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, eventuais práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Odebrecht Ambiental - Centro Norte Participações S.A., investida do FIP faz parte. Adicionalmente é apresentado um parágrafo de ênfase relacionado ao fato de o FIP Saneamento investir em empresa de capital fechado e suas ações não serem negociadas de forma frequente em mercados organizados, de maneira que o valor de tais investimentos pode vir a ser significativamente diferentes quando da sua realização financeira.

(ii) Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia

O Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia iniciou suas atividades em 13 de novembro de 2007 sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 35 anos, contados da data da integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo, prorrogáveis por períodos sucessíveis antes da data do término do prazo de duração do FIP Amazônia. O fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados.

O Fundo investe aproximadamente 100% do seu patrimônio em ações da Madeira Energia S.A. - MESA (“companhia investida” ou “MESA”), as quais estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Até a emissão deste relatório o FIP Amazônia não concluiu a auditoria de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2017. As demonstrações financeiras do FIP Amazônia, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2016, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de julho de 2016, contendo parágrafo de ênfase relativo à investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolve certos acionistas indiretos da MESA, investida do FIP Amazônia e determinados executivos destes acionistas indiretos. Adicionalmente é apresentado um parágrafo de ênfase relacionado ao fato de o FIP Amazônia investir em empresa de capital fechado e suas ações não serem negociadas de forma frequente em mercados organizados, sendo tal investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Desta forma, o valor de tais investimentos pode vir a ser significativamente diferentes quando da sua realização financeira.

(iii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de vinte anos. Iniciou suas atividades em 30 de setembro de 2014 e destina - se a investidores qualificados.

O Fundo investe aproximadamente 94% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referente a faturas de energia elétrica.

(iv) Fundo de Investimento em Participações Sondas

O Fundo de Investimento em Participações Sondas (“FIP Sondas”) foi constituído em 7 de agosto de 2010 sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados. As operações do Fundo foram iniciadas em 31 de março de 2011 e o prazo de duração é de 20 anos, contados a partir da data da primeira integralização de cotas da primeira emissão de cotas do fundo, sendo que os primeiros 10 anos corresponderão ao período de investimento, e os 10 anos seguintes ao período de desinvestimento.

O Fundo investe aproximadamente 100% do seu patrimônio em ações da Sete Brasil Participações S.A. (“Companhia e/ou Sete Brasil”), as quais estão avaliadas pelo valor econômico. Até a conclusão deste relatório, as demonstrações financeiras da companhia investida ainda não haviam sido concluídas.

Até a emissão deste relatório o FIP Sondas não concluiu a auditoria de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2017. As demonstrações financeiras do FIP Sondas relativas ao exercício findo em 31 de março de 2016, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 12 de agosto de 2016, com abstenção de opinião decorrente da abstenção de opinião dos auditores da Sete Brasil, relativo à incertezas relacionadas com a Recuperação Judicial da Companhia. Adicionalmente é apresentado um parágrafo de ênfase relacionado à investigações da denominada “Operação Lava Jato” na Sete Brasil, investida do FIP Sondas.

Em decorrência dos eventos envolvendo a Companhia em 2015, conforme descritos na NE nº 9.d, a Administradora reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável na totalidade do investimento em cotas do FIP Sondas, representando o saldo total de R\$ 275.010, reconhecido na rubrica “Provisão para redução ao valor recuperável - Cotas de fundos de investimento” naquele exercício. No exercício de 2016, considerando que o impacto da Sete Brasil foi refletido no FIP Sondas, foi realizada a reversão da provisão para redução ao valor recuperável na totalidade do investimento em cotas do FIP Sondas no dia 06 de junho de 2016.

(v) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 12 anos. Iniciou suas atividades em 19 de dezembro de 2008 e destina - se a investidores qualificados.

O Fundo investe aproximadamente 93% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referente a faturas de energia elétrica.

(vi) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT foi constituído em 25 de agosto de 2008 sob forma de condomínio fechado e iniciou suas atividades em 11 de março 2009, com prazo determinado de duração de 104 meses, contados da primeira data de emissão das cotas. O prazo do Fundo poderá ser prorrogado por decisão da Assembleia Geral de Cotistas. O Fundo é destinado a investidores qualificados, a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM nº 409/04 habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI - FGTS.

O Fundo investia aproximadamente 77% do seu patrimônio em Direitos Creditórios a Performar referente a direitos creditórios dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (“CCEAR”) e os direitos creditórios dos contratos de transmissão que não tenham sido efetivamente adquiridos pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT.

Conforme Ata de Assembleia Geral realizada em 27 de junho de 2016 foi aprovada a liquidação antecipada do Fundo com resgate integral de suas cotas.

(vii) Fundo de Investimento Participações Caixa Integração Logística

O Fundo de Investimento Participações Caixa Integração Logística foi constituído sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas atividades em 12 de agosto de 2014. O Fundo possui prazo de duração de 12 anos, contados da data de integralização inicial, podendo a ser prorrogado por até 3 anos. O Fundo destina-se exclusivamente a investidores qualificados.

O Fundo investia 100% do seu patrimônio em aplicações interfinanceiras de liquidez.

Conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 09 de setembro de 2016, com a representação de 74% dos votos dos cotistas, foi aprovado a liquidação do Fundo em 14 de setembro de 2016.

7 Investimento em ações sem cotação em Bolsa de Valores

O Fundo investe em empresas de capital fechado cujas ações não são cotadas em bolsa de valores, nem suas debêntures negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser diferente quando da sua efetiva realização financeira, com o consequente efeito no valor da cota do Fundo. As principais informações relacionadas a estes investimentos estão apresentadas a seguir.

7.1 Composição dos investimentos em quantidade de ações sem cotação em Bolsa de Valores

Empresas	Quantidade de ações possuídas (quantidade unitárias)					
	2016			2015		
	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %
VLI S.A.	1.413.854.823	-	15,90%	1.413.854.823	-	15,90%
Odebrecht TransPort S.A.	64.400.045	-	30,00%	64.400.045	-	30,00%
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	510.551.593	-	30,00%	510.551.593	-	30,00%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%	460.437.026	-	45,00%
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%	35.099.302	-	39,75%
MDCPAR S.A.	3.757.260	-	47,01%	3.757.260	-	47,01%
J Malucelli Energia S.A.	179.681	-	40,81%	179.681	-	40,81%
Brado Logística e Participações S.A.	2.857.143	-	22,22%	2.857.143	-	22,22%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	90.000.000	-	45,00%	90.000.000	-	45,00%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	49,99%	-	42.041.590	49,99%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	36.892.620	47,99%	-	39.352.128	47,99%
OAS Óleo e Gás S.A.	1.309.916	3.850.044	39,00%	1.309.916	3.850.044	39,00%
Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A.*	415.699.980	-	30,00%	-	-	-

* Oriunda de cisão da Odebrecht Ambiental Participações S.A.

7.2 Movimentação financeira dos investimentos em ações sem cotação em Bolsa de Valores

Os investimentos em ações sem cotação em Bolsa de Valores em 31 de dezembro de 2016 estão apresentados conforme quadros abaixo:

<u>Empresas</u>		<u>Saldo Contábil em 31/12/2015</u>	<u>Valor Patrimonial</u>	<u>Ágio</u>	<u>Redução ao valor recuperável</u>	<u>Saldo Contábil em 31/12/2016</u>
VLI S.A.	(a)	1.285.652	1.396.543	(77.012)	-	1.319.531
Odebrecht TransPort S.A.	(b)	2.031.417	425.966	1.279.480	(583.615)	1.121.831
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	(c)	1.201.884	22.933	7.210	(8.661)	21.482
Energimp S.A.	(d)	166.679	85.008	151.274	(236.282)	-
Cone S.A.	(e)	521.818	438.918	280.119	(143.458)	575.579
MDCPAR S.A.	(f)	304.806	57.844	168.620	-	226.464
J Malucelli Energia S.A.	(g)	239.826	65.112	178.638	-	243.750
Brado Logística e Participações S.A.	(h)	217.181	119.634	284.222	(134.637)	269.219
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	(i)	104.814	94.275	-	-	94.275
Hidrotérmica S.A.	(j)	135.087	(14.554)	91.274	-	76.720
Ijuí Energia S.A.	(k)	35.589	39.069	-	-	39.069
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(l)	44.075	63.360	-	-	63.360
OAS Óleo e Gás S.A.	(m)	56.594	33.861	19.305	-	53.166
Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A.	(n)	-	543.499	557.032	-	1.100.531
TOTAL 2016		6.345.422	3.371.468	2.940.162	(1.106.653)	5.204.977

a. VLI S.A.

A VLI S.A. (“VLI”) com sede na cidade de São Paulo, Companhia controlada pela Vale S.A. (“Vale”), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas por meio dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

A VLI poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades ou empreendimento.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 22 de março de 2017 contendo parágrafo de ênfase relativa à Resolução 4.131/2013 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), alterada pelas resoluções 4.160 e 4.750 e da Deliberação 29/2016 que definiu as diretrizes de contabilização decorrente da devolução de aproximadamente 3,800 quilômetros de trechos que compõem a malha ferroviária sob a concessão da companhia dos quais sete trechos são considerados “antieconômicos” e seis trechos “economicamente viáveis”. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais relacionada à transferência de propriedade

do bem dado em pagamento em decorrência deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos, que não ocorreram até a conclusão dos trabalhos de auditoria. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras ocorrerão quando da aprovação dos projetos e dos respectivos cronogramas pelo Poder Concedente.

b. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), cuja razão social até 17 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 17 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens “i” e “ii” acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 26 de maio de 2017, contendo parágrafo de ênfase decorrente de: (i) investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava-Jato”, que tem por objeto, principalmente, eventuais práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia e suas controladas fazem parte. Ainda no contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências de empresas do Grupo Odebrecht, assim como o ex-presidente da Companhia é um dos colaboradores no processo de delações premiadas de executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht na Operação Lava-Jato. Até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia, ainda não havia como determinar se a Companhia e suas controladas serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos; e (ii) da perda de controle, pela Odebrecht Transport Aeroportos (“OTPA”), da investida Rio de Janeiro Aeroportos S.A. (“RJA”), sem alteração no percentual de participação, de maneira que a partir das demonstrações financeiras da OTPA de 31 de dezembro de 2016 a deixou de ser apresentado de forma consolidada. Adicionalmente foi incluído um parágrafo informando que a Administração da Companhia está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia, visando buscar a retomada da lucratividade e geração de fluxo de caixa por meio da reestruturação da dívida corporativa, de um programa de desmobilização que considera a venda integral ou parcial dos Ativos da Companhia, entre outras ações operacionais e financeiras. A eventual não confirmação das ações, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e das suas controladas.

c. Odebrecht Ambiental Participações S.A.

A Odebrecht Ambiental Participações S.A. (“OAP”) foi constituída em 12 de setembro de 2013 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto - concessões públicas de água e esgoto; (ii) operações industriais - terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos - diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Odebrecht Ambiental Participações S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht (“ODB”).

Em 27 de outubro de 2016, a Odebrecht S.A., na época acionista controladora da OAP, firmou um contrato para alienação da totalidade de suas ações, equivalente a 70% do capital social da Companhia para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Transação”).

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 14 de dezembro de 2016, sendo que o seu fechamento e a troca do controle da Companhia ficaram sujeitos a outras condições habituais em operações dessa natureza, como a obtenção de anuências do poder público e financiadores e a implementação de processo de reestruturação societária, a qual segregou em 29 de dezembro de 2016 ativos da OAP e suas subsidiárias na Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. (“OAPS”).

A transação não contemplou alguns ativos do portfólio da OAP, motivo pelo qual foi realizada uma reorganização societária culminando na cisão da Companhia com a consequente criação da Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. (“OAPS”).

Os ativos operacionais contemplados na transação foram alocados na OAPS, e os ativos não contemplados, os quais estão em processo de encerramento, permaneceram na OAP.

Após a referida reestruturação, os acionistas ODB e FI-FGTS passaram a deter diretamente direitos patrimoniais das ações da OAP e da OAPS, sendo que a participação da ODB nesta última foi o objeto da transação.

O ágio registrado quando do investimento do FI-FGTS foi contabilizado de maneira proporcional à representatividade de cada Companhia no valor recuperável apurado por laudo de avaliação elaborado por avaliador independente.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data, que foram revisadas com o objetivo de obter segurança limitada, e que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2017, com ressalva, decorrente (i) das demonstrações financeiras da investida direta e das investidas indiretas em 31 de dezembro de 2016, base para o cálculo da equivalência patrimonial, não terem sido auditadas e nem revisadas pelos referidos auditores, ou por outros auditores independentes, e consequentemente, os saldos de patrimônio líquido das investidas direta e indiretas utilizados para o cálculo da equivalência patrimonial pela OAP em 31 de dezembro de 2016 podem sofrer alterações; e (ii) das investigações conduzidas pela Polícia Federal envolvendo ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a companhia faz parte, as quais resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava

Jato”, sendo que o acordo de leniência assinado pela Odebrecht em 01 de dezembro de 2016 encontrava-se protegido por sigilo, impossibilitando ao auditor determinar, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as demonstrações financeiras daquelas entidades.

d. *Energimp S.A.*

A Energimp S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

Em dezembro de 2014, a Wind Power Energia S.A. (“WPE”), acionista controladora da Energimp e fornecedora de aerogeradores dos parques em operação comercial e dos em construção, entrou em processo de recuperação judicial, o que dificultou a capacidade de cumprimento da Companhia dos contratos de venda de energia que possui, comprometendo o fluxo de receitas esperado da Companhia. Ainda não houve deliberação quanto ao plano de recuperação judicial da WPE pelos seus credores.

No segundo semestre de 2016 a Companhia pleiteou junto aos seus credores a concessão de uma *standstill* (parada) de juros e principal, de maneira implementar as condições estabelecidas em seu plano de repactuação e reestruturação. Em janeiro de 2017 a Companhia obteve sucesso na obtenção do *standstill*, o qual encontra-se vigente até 31 de julho de 2017.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 3 de março de 2017 com abstenção de opinião devido a não confirmação dos valores a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2016 e das transações efetuadas no exercício findo naquela data, com as partes relacionadas Wind Power Energia S.A. e Inverall Construções e Bens de Capital Ltda, entre outros fatores que podem comprometer a continuidade operacional da companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo do investimento na Energimp foi integralmente provisionado em decorrência da necessidade de ajuste ao valor recuperável.

e. *Cone S.A.*

A Cone S.A. é uma entidade domiciliada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, constituída em 6 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Conepar S.A. A Companhia tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de infraestrutura industrial na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone S.A., através de uma plataforma multiempreendimentos visa atender a uma necessidade do mercado formada pela demanda por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 19 de maio de 2017, o qual conteve parágrafo de ênfase relativo a incerteza relacionada à continuidade operacional caso ocorra uma manutenção do cenário macroeconômico atual por um longo período de tempo e sobre eventos subsequentes referentes ao processo de renegociações de dívida da Companhia, bem como o aceite, por parte dos credores quanto ao cumprimento de *covenants* atrelados a contratos de empréstimos.

f. *MDCPAR S.A.*

A MDCPAR S.A. foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que foram emitidas em 22 de março de 2017, contendo uma ênfase decorrente de ajustes nos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, e que estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 Práticas Contábeis, Mudanças, Estimativas e Retificação de Erro, sendo que tais ajustes e reclassificações não foram auditados por àquele auditor, adicionalmente foi incluído um parágrafo relativo ao fato de o passivo circulante da Companhia exceder o ativo circulante, os quais indicam a existência de incertezas que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

g. *J Malucelli Energia S.A.*

A J Malucelli Energia S.A. tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão de energia elétrica, geração hidrelétrica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 8 de março de 2017.

h. *Brado Logística e Participações S.A.*

Com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, a ALL - América Latina Logística S.A. ("ALL") criou em 1º de abril de 2011 uma nova sociedade denominada Brado Logística e Participações S.A. a partir da fusão da Standard Logística e Distribuição S.A. com a unidade de negócios de contêineres da ALL.

A Brado Logística e Participações S.A. tem como objetivo social deter ações da Brado Logística S.A. sua subsidiária integral, que por sua vez, atua no mercado de contêineres dentro do Brasil e Mercosul, utilizando o diferencial do transporte ferroviário para escoamento das cargas, que atendem o grande, médio e pequeno embarcador, com logística e infraestrutura integrada. Oferece capacidade, competitividade nos custos e qualidade de serviço, além de operações de transporte intermodal rodoferroviário, armazenagem de carga reefer e dry, distribuição, terminais de contêineres, redex, vigiagro e habitações para os mercados internacionais.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 17 de fevereiro de 2017.

i. *Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.*

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011. A companhia tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

Até a conclusão destas demonstrações financeiras não foi concluído o processo de auditoria da Logbras, desta forma o ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras não auditadas.

j. *Hidrotérmica S.A.*
Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A companhia opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTES), cujos prazos de concessão são de 25 e 35 anos, respectivamente.

Até a data de emissão deste relatório a Companhia não concluiu a auditoria de suas demonstrações financeiras, desta forma o ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras não auditadas.

k. *Ijuí Energia S.A.*

A Ijuí Energia S.A. é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” que tem por objeto (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A UHE Ijuí possui 51 MW de potência instalada, 30,4 MW médios de garantia física, com 2 unidades geradoras em operação.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 17 de fevereiro de 2017.

l. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

A UHE Foz do Rio Claro possui 68,4 MW de potência instalada e garantia física de 41 MW médios, com 2 unidades geradoras em operação.

Em 19 de setembro de 2016 o Fundo exerceu a opção de venda de 2.459.508 ações preferenciais da Foz do Rio Claro de sua titularidade.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 17 de fevereiro de 2017.

m. OAS Óleo e Gás S.A.

A OAS Óleo e Gás S.A. (“OAS O&G”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2010, com sede na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, Praia de Botafogo, nº 440, 17º andar, Sala 1.701. A Companhia tem por objetivo social realizar investimentos no setor de óleo e gás e sua área de atuação compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, a propriedade, o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração (navios-sonda), unidades de armazenamento, produção e/ou descarga (FPSOs - Floating Production Storage and Offloading), unidades de tratamento, flotéis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, assim como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 09 de março de 2017 que contém ressalva com relação (i) a recuperabilidade de um recebível contra a acionista controladora, o qual é garantido por fiança bancária, cujo pagamento está sendo contestado judicialmente, e (ii) a não conclusão dos trabalhos de auditoria de certas investidas da Companhia.

A opinião dos auditores apresenta ênfase relacionada (i) a capacidade de efetuar novos aportes pela acionista controladora, haja vista aquele acionista estar em processo de recuperação judicial, (ii) a não conclusão, até a emissão da opinião dos auditores, da transferência de propriedade de determinadas SPE para as quais, segundo a OAS O&G houve comprometimento de aquisição da totalidade das ações pela Sete International Two. Na opinião dos auditores da OAS O&G tais apontamentos indicam a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

n. Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A.

A Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. (“OAPS”) foi constituída em 29 de janeiro de 2016 tendo como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco nos segmentos abaixo através de suas controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto, recebidas em aumento de capital em decorrência de processo de reestruturação societária ocorrido em 29 de dezembro de 2016:

- (i) Água e Esgoto, através de concessões públicas, parceria público-privadas, prestação de serviços, entre outros;
- (ii) Operações Industriais via terceirização de Centrais de Utilidades (“Utilities”), e;
- (iii) Resíduos, mediante serviços de destinação adequada de resíduos e reciclagem.

A OAPS e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht S.A. (“ODB”).

Em 27 de outubro de 2016, a Odebrecht S.A., na época acionista controladora da OAP, firmou um contrato para alienação da totalidade de suas ações, equivalente a 70% do capital social da Companhia para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Transação”).

A Transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 14 de dezembro de 2016, sendo que o seu fechamento e a troca controle da Companhia ficaram sujeitos a outras condições inerentes às operações dessa natureza como a obtenção de anuências do poder público e financiadores e a implementação de reestruturação societária, a qual segregou em 29 de dezembro de 2016 ativos da OAP e suas subsidiárias na OAPS S.A.

A Transação não contemplou alguns ativos do portfólio da OAP, motivo pelo qual foi realizada uma reorganização societária culminando na cisão da Companhia com a consequente criação da Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. (“OAPS”).

Os ativos operacionais contemplados na Transação foram alocados na OAPS, e os ativos não contemplados, os quais estão em processo de encerramento, permaneceram na OAP.

Após a referida reestruturação, os acionistas ODB e FI-FGTS passaram a deter diretamente direitos patrimoniais das ações da OAP e da OAPS, a participação da ODB nesta última foi o objeto da Transação.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, em 20 de junho de 2017, com parágrafos de ênfase relativos à (i) investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, atos ilícitos que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a OAPS fazia parte, bem como de eventuais efeitos decorrentes do acordo de leniência assinado pela Odebrecht, o qual, apesar de ter sido firmado pela Odebrecht, tem seus efeitos estendidos para todas as empresas do grupo econômico; e (ii) da alienação do controle acionário pela Odebrecht da totalidade de sua participação, equivalente à 70% do capital social da Companhia.

7.3 Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015 e o último em 20 de abril de 2025.

O saldo das ações preferenciais atualizado em 31 de dezembro de 2016 monta a R\$ 290.405 (R\$ 271.967 em 2015).

Esta Nota deve ser lida em conjunto com a Nota 7.2 j.

7.4 Resultado de avaliação dos investimentos em ações sem cotação em Bolsa de Valores

Equivalência Patrimonial

As demonstrações financeiras das respectivas empresas investidas foram disponibilizadas entre os meses de fevereiro a junho de 2017. Com base nessas demonstrações financeiras foi aplicado o método de equivalência patrimonial, cujo resultado negativo de equivalência patrimonial contabilizado no exercício de 2016 monta a R\$ 927.584 (em 2015 resultado negativo de R\$ 706.991), e está registrado na rubrica “Equivalência Patrimonial”.

Valor recuperável dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2016 os valores recuperáveis dos investimentos, incluindo os ágios, foram analisados com base em Avaliações Econômicas Financeiras elaboradas por empresa especializada independente que considera o percentual de participação detido pelo Fundo, com o objetivo de verificar a existência de indícios de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos. Considerando o resultado das referidas avaliações, foi registrado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos no montante de R\$ 210.403 (em 2015 provisão de R\$ 468.010), sendo registrado contabilmente na rubrica de “Ajustes de provisão para redução no valor recuperável”.

Metodologia de avaliação

Os valores econômico e em uso das companhias investidas, utilizados para analisar para fins de registro da provisão ao valor recuperável, foram baseados na participação detida pelas companhias investidas em cada um dos seus ativos, cuja análise foi realizada considerando como metodologia a Abordagem da Renda através do uso do Fluxo de Caixa Descontado. O valor econômico e o valor em uso de cada ativo foram estimados com base nos seus respectivos fluxos de caixa futuros. Dessa forma, a análise do valor econômico e do valor em uso foi baseada na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

O valor em uso conforme definido pelo CPC 01 “é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa”. Diferentemente do valor justo, que se baseia na perspectiva de participantes de mercado, o valor em uso é baseado nas perspectivas do atual dono do ativo. Adicionalmente, o valor em uso deve ser estimado para um ativo em sua condição atual, desta forma, foram considerados, para efeito

de valor em uso, os projetos ou empresas que já possuem contratos assinados e, com os quais as companhias já estão comprometidas.

Para o cálculo da estimativa do valor das companhias em 31 de dezembro de 2016, foram considerados os principais procedimentos pelos especialistas:

Obtenção de dados históricos contábeis, operacionais e gerenciais dos Empreendimentos;

Análise do mercado em que os Empreendimentos estão inseridos;

Projeção dos demonstrativos financeiros dos Empreendimentos (demonstração de resultados e fluxos de caixas livres para a empresa em cada um dos Empreendimentos) com base em informações disponibilizadas pela Administração e em análises de mercado;

Cálculo da taxa de desconto que reflita adequadamente os riscos inerentes ao setor, sendo esta utilizada para trazer os fluxos de caixa livres para a empresa em cada um dos Empreendimentos a valor presente;

Estudo de Valor dos Empreendimentos através da metodologia do Fluxo de Caixa Descontado. Este método é reconhecido como o que mais apropriadamente traduz o valor econômico de um empreendimento, seja ele uma empresa ou um negócio integrante de uma estrutura maior, esteja ele em fase operacional ou de projeto; e

Consolidação do valor dos Empreendimentos conforme participação de cada Holding e considerações dos ativos e passivos não operacionais dos Empreendimentos, das Holdings e Holdings intermediárias para obtenção do valor de 100% do capital da Empresa.

8 Investimento em ações com cotação em Bolsa de Valores

(a) Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações de capital aberto, diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda., com certificados de ações negociados na B3 (antiga BM&FBOVESPA) sob código de negociação ALUP 11. Possui sede na cidade de São Paulo - SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista, a geração, a transformação, o transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma, a elaboração de estudos de viabilidade e projetos, a construção, a operação e a manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, de subestações, de rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares, além da realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em quatro empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru S.A.C. (controladora da La Virgen S.A.C), Alupar Colômbia S.A.S. (controladora da Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. e Transmissora Colombiana de Energia S.A.S.E.S.P.) e Windepar Holding S.A. (controladora da Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X).

**Fundo de Investimento do Fundo de
Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia no valor total de R\$ 2.148.533, está representado por 554.233.455 (461.243.596 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias e 196.652.815 (163.658.204 em 31 de dezembro de 2015) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

Acionista	Qtde. de ações ON	(%)	Qtde. de ações PN	Total de ações	(%)
Guarupart	445.995.367	80,47%	12.471.128	458.466.495	61,06%
FI-FGTS	35.162.754	6,34%	70.325.508	105.488.262	14,05%
Outros	73.075.334	13,18%	113.856.179	186.931.513	24,89%
Total	554.233.455	100,00%	196.652.815	750.886.270	100,00%

O Fundo recebeu a título de distribuição de dividendos intermediários em 2016 o montante de R\$ 24.564 (montante de R\$ 35.092 em 2015), de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na Companhia.

Valor de mercado das ações - Composição das Units

Em 31 de dezembro de 2016 a participação do FI FGTS na companhia está representada por 35.162.754 units (29.243.000 em 2015), valorizadas no preço de mercado de R\$ 17,10 por ação (R\$ 13,15 em 2015), totalizando o montante de R\$ 601.283 (R\$ 384.545 em 2015).

(b) Banco do Brasil S.A.

De acordo com o Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigações de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças (quinto termo de prorrogação do Standstill) celebrado em 26 de janeiro de 2016, foi solicitada em 17 de fevereiro de 2016 a quitação parcial de garantias de crédito das debêntures da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval (“FGCN”), no qual foi realizado o primeiro pagamento da garantia concedida pelo Fundo de Garantia da Construção Naval em 11 de fevereiro de 2016 no valor de R\$ 593.868. O valor da quitação parcial foi realizado por meio da dação em pagamento de 43.379.728 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil, cotadas pelo valor unitário de fechamento do dia 10 de fevereiro de 2016 e no período diurno, no valor de R\$ 13,69.

Em 24 de fevereiro de 2016 foi realizada a transferência para o Fundo de 19.818.376 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A, cotadas pelo valor unitário de R\$ 13,52, no valor de R\$ 267.944, como segunda parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças.

Em 10 de maio de 2016 foi realizada a transferência para o Fundo de 5.308.633 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. cotadas pelo valor unitário de R\$ 20,25, no valor de R\$ 107.500, como terceira parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças.

O Fundo recebeu em 2016, a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, o montante de R\$ 61.593, de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo no Banco do Brasil.

Valor de mercado das ações

Em 31 de dezembro de 2016 a participação do FI FGTS na companhia está representada por 68.506.737 de ações, valorizadas no preço de mercado de R\$ 28,09 por ação, totalizando o montante de R\$ 1.924.354.

9 Valores a receber

a) Energisa S.A.

A Energisa, por ora chamada de Investidor no Plano de Recuperação Judicial, é uma empresa holding que controla cinco distribuidoras de energia, três na Região Nordeste, Energisa Paraíba, Energisa Sergipe e Energisa Borborema, e duas na Região Sudeste, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo. A Companhia também controla ativos na área de geração, comercialização e outros serviços. O Grupo distribui eletricidade para cerca de 2,6 milhões de consumidores em 352 municípios. Em 2012, distribuiu 10.833 gigawatt-horas de Eletricidade.

Em 27 de janeiro de 2014 foi concedida a última autorização necessária para a conclusão do processo de transferência do controle acionário do Grupo Rede para Energisa, mediante a publicação da aprovação pela Aneel.

Considerando a Decisão Judicial favorável à Energisa, a aprovação da troca do controle acionário pela ANEEL e pelo CADE, somada a assunção do controle do Grupo Rede pela ENERGISA em 11 de abril de 2014, torna-se possível a definição das condições finais de recebimento do crédito. Assim, o Fundo reconheceu integralmente o valor a receber decorrente do exercício da opção de venda da totalidade das ações da EEVP, pelo seu valor estimado de realização, no montante de R\$ 720.573, na rubrica “Valores a receber”, apurando um resultado positivo no exercício de R\$ 445.176, registrado na rubrica “Rendas de valores a receber”, que está sendo atualizado conforme a opção escolhida pelo Fundo no Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Grupo Rede.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, em 2016 o Fundo recebeu o montante de R\$ 28.842, referente ao pagamento de juros previstos na operação. Em 31 de dezembro de 2016 o valor atualizado do crédito é de R\$ 758.714 (em 2015 - R\$ 724.435).

b) Hidrotérmica S.A.

O saldo de dividendos mínimos acumulados em 31 de dezembro de 2016 monta a R\$ 136.268 (R\$ 101.576 em 2015).

A Companhia não apurou lucro nos exercícios de 2016 e 2015, e, portanto não houve distribuição de dividendos. Conforme previsto em contrato não havendo dividendos para serem distribuídos pela Companhia, o saldo não pago poderá ser incorporado ao saldo devedor e pago posteriormente, ou ainda, poderá converter o saldo devedor em ações ordinárias em relação às quais o Fundo detém uma opção de venda contra os acionistas originais da Hidrotérmica.

c) OAS S.A.

A OAS S.A., e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios, e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários bem como, realizar investimentos e/ou participações em infraestrutura inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta mediante controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor rodoviário conforme o Plano de Negócios anexo à Escritura de Emissão.

Em 31 de março de 2015, o Grupo OAS apresentou à Justiça de São Paulo pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) de nove de suas empresas, a saber: OAS, Construtora OAS, OAS Empreendimentos, SPE Gestão e Exploração de Arenas Multiuso, OAS Investimentos, OAS Infraestrutura, OAS Imóveis, OAS Investments GmbH, OAS Investments Limited e OAS Finance Limited.

Em 17 de dezembro de 2015 a OAS teve seu Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) aprovado pelos credores e homologado em 28 de janeiro de 2016 pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

A emissão é garantida por penhor sobre 8.531.973 ações ordinárias, e 17.063.946 ações preferenciais de emissão da INVEPAR S.A. (“INVEPAR”), que representam aproximadamente 5,96% do capital social da INVEPAR.

Ante ao exposto o PRJ prevê a constituição de um veículo societário (SPE Credores), cujos cotistas serão determinados credores financeiros, incluindo FI-FGTS. Neste veículo serão integralizadas as ações da INVEPAR cedidas em garantia ao FI-FGTS e as ações da INVEPAR cedidas em garantia aos demais credores.

Desta forma, concluída a realização da alienação judicial, a SPE Credores irá deter 35.764.281 ações ordinárias e 69.117.379 ações preferenciais de emissão da INVEPAR (“Ações INVEPAR”) representando 24,44% do capital social dessa companhia.

De acordo com o PRJ, caso a SPE Credores venha a alienar a totalidade das Ações INVEPAR, será devido ao FI-FGTS a parcela correspondente às ações da INVEPAR que garantem a operação do FI-FGTS, equivalente à 24,40% dos recursos auferidos mediante a referida alienação, após deduzidos os custos e despesas incorridos pelo veículo societário.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor atualizado que o Fundo tem a receber da OAS S.A., é de R\$ 227.816.

Em decorrência do processo de recuperação judicial da OAS S.A., o Fundo figura como pólo ativo em litígio contra a companhia OAS S.A. e Construtora OAS S.A. (executada e fiadora, respectivamente), em decorrência do vencimento antecipado de obrigações do instrumento particular de 4ª Emissão de Debentures Simples, não conversíveis em ações, série única, para distribuição privada da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória da OAS S.A.

d) Sete Brasil Participações S.A.

A Sete Brasil Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A companhia e suas controladas foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré- Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em ultra profundas e a extração de óleos em regiões recém descobertas.

O objetivo da companhia é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Companhia está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Em 1 de fevereiro de 2013, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi aprovada a emissão de 1.850 debêntures a R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada. Em 19 de fevereiro de 2013 o Fundo adquiriu a totalidade das debêntures emitidas pela Sete Brasil S.A.

A Sete Brasil havia celebrado diversos contratos de financiamento na modalidade “empréstimos ponte” que seriam pagos mediante a liberação de recursos do financiamento de longo prazo que seria contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, porém não houve a contratação tampouco a liberação dos recursos previstos pela Sete Brasil.

Ao longo de 2015 o FI-FGTS notificou a Sete Brasil sobre o vencimento antecipado das debêntures, e também o Fundo de Garantia da Construção Naval (“FGCN”), o qual garantia parcialmente a operação, para que pagasse os valores devidos pela Sete Brasil, e cobertos por essa garantia.

De acordo com o Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigações de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças (quinto termo de prorrogação do Standstill) celebrado em 26 de janeiro de 2016, foi solicitado em 17 de fevereiro de 2016 a quitação parcial de garantias de crédito, no qual foi realizado o primeiro pagamento de garantia concedida pelo Fundo de Garantia da Construção Naval em 11 de fevereiro de 2016 no valor de R\$ 593.868. O valor da quitação parcial foi realizado por meio da dação em pagamento de 43.379.728 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil, cotadas pelo valor unitário de fechamento do dia 10 de fevereiro de 2016 e no período diurno, no valor de R\$ 13,69.

Em 24 de fevereiro de 2016 foi realizado a transferência para o Fundo de 19.818.376 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A., cotadas pelo valor unitário de R\$ 13,52, no valor de R\$ 267.944, como segunda parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças.

Em 10 de maio de 2016 foi realizado a transferência para o Fundo de 5.308.633 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. cotadas pelo valor unitário de R\$ 20,25, no valor de R\$ 107.500, como terceira parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças.

O quinto Termo de Prorrogação prevê ainda a obrigatoriedade do pagamento do saldo residual, o qual o Fundo de Garantia da Construção Naval reconheceu e declarou que estava obrigado a pagar ao FI-FGTS, que em 31 de dezembro de 2016 encontra-se 100% provisionado, conforme apresentado no quadro abaixo:

Movimentação da provisão por redução de valor residual

Valor a receber execução Garantia (FGCN)	566.804
Provisão por redução ao valor recuperável	(566.804)
Saldo em 31/12/2016	_____ _____ -

10 Comitê de investimento

O comitê de investimento do Fundo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, conforme definido no artigo 25 de seu Regulamento, sendo:

- a.** 6 membros representantes da sociedade civil com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 3 da bancada de trabalhadores e 3 da bancada patronal; e
- b.** 6 membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 1 membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro do Ministério das Cidades, 1 membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 membro da Caixa Econômica Federal.

Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade do Governo e das bancadas da Sociedade Civil que o integram. Os membros do Comitê de Investimento do Fundo têm mandato de 2 anos, admitida a recondução. O presidente do Comitê de Investimento deverá ser eleito por, no mínimo, 7 de seus membros, com prazo de mandato de um ano. A presidência será alternada a cada mandato entre representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal. A eleição do presidente do Comitê de Investimento importará a do vice-presidente, componente da mesma representação da do presidente e indicado previamente à eleição. Em caso de ausência do presidente e vice-presidente às reuniões, os membros do Comitê de Investimento deverão eleger, por maioria simples dos presentes, representante para presidir, exclusivamente, a reunião em que o fato ocorrer.

De acordo com a Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do Fundo e aprovar os investimentos e desinvestimentos do Fundo.

Os investimentos que compõe a carteira do Fundo percorrem todas as instâncias de caráter deliberativo para dar sequência ao processo de aprovação, até a deliberação final do Comitê de Investimentos.

11 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a. o valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM; e
- b. o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao CCFGTS subscrições e integralizações adicionais de parcelas de até R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 62.047.576, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2014, acrescido de R\$ 2.000.000 destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotista do FGTS, totalizando R\$ 64.047.576.

As integralizações de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de cotas emitidas	Montante integralizado (R\$)
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,393	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,383	4.508.537
Demais aportes em 2010	2.964.626.548,488	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,707	649.368
Demais aportes em 2012	2.858.069.264,993	3.757.854
Demais aportes em 2013	-	-
Demais aportes em 2014	790.675.995,492	1.200.000
Demais aportes em 2015	-	-
Total aportado até 31/12/2016	<u>20.172.649.229,456</u>	<u>22.883.791</u>

Em 28 de dezembro de 2016 foi solicitado pelo cotista o resgate de 1.030.570.540,118 cotas no montante total de R\$ 1.770.758.

12 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem pari passu o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”) que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de “stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

c. Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em 31 de dezembro de 2016, o FI-FGTS mantém investimento por meio de Ações sem cotação em Bolsa de Valores, debêntures não conversíveis em ações e cotas de fundos de investimentos, no montante de R\$ 23.981.555, dos quais, R\$ 4.808.565 são provenientes de Companhias que fazem parte e/ou estão relacionadas a grupos de empresas que se encontram em processo de investigação pela polícia federal e/ou pelo Ministério Público Federal.

Tais situações incluem investimentos em: **a.** Ações das empresas Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), Odebrecht Ambiental Participações S.A. e Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. nos montantes de R\$ 1.121.831, R\$ 21.482 e R\$ 1.100.531, respectivamente; **b.** Debêntures da OTP, Eldorado e Via Rondon nos montantes de R\$ 85.922, R\$ 1.208.769 e R\$ 419.738 respectivamente; e **c.** Cotas de fundos de investimento em participações: FIP Saneamento e FIP Amazônia nos montantes de R\$ 873.975 (efeito sobre o investimento no montante de R\$ 90.600 referente à Odebrecht Ambiental - Centro Norte Participações S.A.) e R\$ 759.692, respectivamente, cujos relatórios dos auditores contiveram modificação ou ênfase devido a impossibilidade de serem determinados, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal sobre as demonstrações financeiras daquelas Companhias.

Todas as companhias investidas do Fundo, são monitoradas periodicamente, de forma a considerar eventuais riscos relacionados a cada operação, em complemento aos riscos de mercado, crédito e ou liquidez. Adicionalmente, de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Fundo, caso seja julgado necessário, eventuais provisões serão efetuadas de forma a registrar provisão para redução ao valor recuperável de tais ativos e ou a medida em que tais valores sejam conhecidos.

Não obstante as ações tomadas recentemente pelas empresas investidas, o Fundo de investimento tem solicitado a administração das companhias investidas a adoção de diversas medidas para adequação do seu padrão de governança (i.e.. Implementação de avaliação e programas de conformidade e obtenção de certificações alinhados ao certificado “Pró Ética” do Ministério da Transparência Fiscalização e Controle Geral da União “MTFCGU”).

A despeito da diligência da Administração na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

13 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi R\$ 255.748 (em 2015 - R\$ 272.127).

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de *performance*.

14 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitadas ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R\$ 32.810.395 (R\$ 32.981.524 em 2015) são os seguintes:

	<u>Taxa de Administração</u>		<u>Outras despesas</u>	
	<u>R\$</u>	<u>%</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
31 de dezembro de 2016	255.748	0,78	1.515	-
31 de dezembro de 2015	272.127	0,83	4.380	0,01

15 Custódia

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações sem cotação em Bolsa de Valores estão registradas nos Livros de Registro de Ações das próprias investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. As ações com cotação em Bolsa de Valores estão custodiadas pelo Itaú Unibanco S.A. O controle das cotas de fundos investidos que compõe a carteira do Fundo, está sob responsabilidade do Administrador, ou de terceiros por ele contratado.

16 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

17 Valor da cota e rentabilidade do Fundo

O Fundo gerou um resultado positivo de R\$ 2.627.286 (R\$ (966.719) em 2015).

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota de encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram os seguintes:

Data	Valor da Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
31 de dezembro de 2015	1,532010	(3,03)
31 de dezembro de 2016	1,659235	8,30

18 Demandas judiciais

O Fundo figura como pólo ativo em um litígio classificado como provável pelos advogados responsáveis, em decorrência do assunto exposto na Nota Explicativa nº 9. Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais de cotistas contra a administração do Fundo.

19 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

20 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, somente contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

21 Partes relacionadas

Adicionalmente, as informações apresentadas na nota explicativa nº 12 - Integralização e resgate de cotas, o Fundo mantém em 31 de dezembro de 2015 um montante de R\$ 23.920 (2015 - R\$ 23.992) relativo a taxa de administração a pagar a Administradora, sendo que foi reconhecido durante o exercício uma despesa com taxa de administração de R\$ 255.748 (2015 - R\$ 272.127).

22 Eventos Subsequentes

Em 25 de abril de 2017, após a conclusão das condições precedentes a Odebrecht S.A. vendeu toda a sua participação no capital da OAPS, a qual passou a ser controlada pela BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Na mesma data, foi aprovada pelo conselho de administração a alteração do estatuto social, que altera a razão social da OAPS para BRK Ambiental Participações S.A.

Em 26 de janeiro de 2017 o Fundo adquiriu 211.134,50 cotas do Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, no montante total de R\$ 138.

* * *

Flavio Eduardo Arakaki
Vice Presidente Interino

Adenivaldo Nunes de Almeida
CRC 1BA016576/O-5 T SP